

Análise das Formas de Ocupação e Rendimentos de Homens e Mulheres nas Áreas Rurais do Estado do Rio Grande do Sul no Período 2001-2008

Analysis of Forms of Occupation and Income for Men and Women in Rural Areas of the State of Rio Grande do Sul in the Period 2001-2008

Marcelino de Souza

Professor Adjunto do

Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Email: marcelino.souza@uol.com.br

Manoela Donaduce Flores

Graduanda e Pesquisadora de

Iniciação Científica do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: manuxflores@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento Rural

Resumo: O trabalho examina as formas de ocupações e rendimentos de homens e mulheres das famílias residentes nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul. Utilizam-se como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do período de 2001 a 2008. As estimativas mostraram um aumento importante da participação de homens e mulheres em atividades não agrícolas, principalmente no que se convencionou chamar de pluriatividade da agricultura familiar. Em relação à análise dos rendimentos, observa-se que os homens ainda são os maiores responsáveis pela formação da renda familiar, seja do ponto de vista das fontes de renda do seu trabalho, seja do ponto de vista do conjunto de todas as fontes de renda. Percebe-se que as mulheres ainda têm muito a conquistar para equalizar, perante os homens, sua participação na estruturação da renda familiar.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Gênero. Ocupações.

Abstract: ‘This paper examines the men and women income sources and forms of occupations from families of Rio Grande do Sul rural areas. To accomplish this task, special micro data sets (containing information from 2001 through 2008 years) from National

Household Sample Survey (PNADs) were used. Estimates showed a significant increase on men and women participation in non-agricultural activities, mainly in what is termed “family farming pluriactivity”. On income analysis, it appears that men remains the most responsible for generating family income, either in terms of working income sources, either in terms of overall income sources. It was observed that women still have much to conquer on equalizing their structuring family income participation before men.

Key Words: rural development, gender, rural occupations and incomes.

1. Introdução

O Estado do Rio Grande do Sul teve sua dinâmica econômica fortemente impactada pelo processo de modernização da agricultura brasileira desde a década 1970. Segundo Staduto et al. (2004), ocorreu, a partir dessa época, um novo ciclo de inovação tecnológica, no qual os equipamentos agrícolas substituem a habilidade humana, tais como no corte da cana, colheita de café e laranja e outras culturas tropicais, de tal ordem que acarretou a redução do trabalho agrícola em muitas regiões. Para acompanhar essa mudança no padrão tecnológico, foram necessários ajustamentos no meio rural que geraram profundas alterações nas ocupações agrícolas e não-agrícolas. A relação de gênero, neste contexto, aparece como um elemento importantíssimo no processo de desenvolvimento sócio-econômico.

Pesquisadores do meio rural têm observado um fenômeno de diversificação dos tipos de famílias rurais (empregadores, conta-próprias, assalariados) com indivíduos ocupados em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas. Apontam que o ambiente rural se torna cada vez mais pluriativo, revelando sua transformação para um espaço mais complexo e menos dependente das atividades exclusivamente agrícolas. Nascimento (2005) e Sacco dos Anjos (2001) interpretam essa estratégia como uma forma de viabilizar a agricultura familiar frente à situação de pobreza rural. Além disso, observam um crescimento de pessoas desocupadas e que utilizam o meio rural apenas como local de residência.

O desenvolvimento rural, portanto, pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não-agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos de famílias têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas (NASCIMENTO, 2002; 2005). Osakabe (2005) verificou, a partir da análise dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílio - PNAD, que nas famílias pluriativas a participação das mulheres ocupadas pode

ser mais significativa, sustentando que a pluriatividade entre os membros da família se deve ao trabalho provavelmente das mulheres.

Contudo, o trabalho destinado às mulheres ainda é resultado de um processo cultural, guiado por costumes e, quando desenvolvido principalmente na esfera doméstica ou próxima a ela, tem elevado grau de invisibilidade e informalidade. Nas áreas rurais esta característica é ainda mais evidente, uma vez que as desigualdades de gênero¹ são ainda mais acentuadas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006). A discriminação no trabalho se torna mais grave do ponto de vista das oportunidades que refletem diretamente a papéis nas unidades familiares. As mulheres tendem a ampliar a sua jornada de trabalho quando trabalham fora da propriedade rural, pois, além, de o trabalho ser de natureza precária devido à segregação produtiva, há também, no cotidiano laboral, o trabalho não-remunerado de manutenção da propriedade agrícola e o cuidado dos demais membros da família, conforme o processo socialmente construído para elas serem responsáveis pela reprodução na família.

Na agricultura familiar, as mulheres de famílias pluriativas estão mais integradas ao mercado de trabalho não-agrícola, todavia, apresentam rendimentos menores em relação aos dos homens. A mulher, no mercado de trabalho, sofre discriminação de forma direta, no âmbito salarial, e de forma indireta, no interior das próprias firmas, pois tende a ser preterida na ascensão hierárquica das empresas ou mesmo não é contratada. Além disso, elas sofrem forte segregação pela preferência dos empregadores contratarem funcionárias para as funções associadas às atividades de prestação de serviço. Isto fica mais claro para os serviços domésticos que, em decorrência à forte demanda, elas preenchem mais essa ocupação.

Entretanto, a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho abriu oportunidade de novas sociabilidades, semelhante ao que já vem ocorrendo com as mulheres urbanas, de tal ordem que abre espaço para elas próprias problematizarem os papéis de gênero no âmbito familiar. Somado a isso, Melo e Di Sabbato (2005) argumentam que as mulheres, no meio rural brasileiro, têm nível de instrução superior ao dos homens, o que também contribuiu para elas responderem à políticas públicas e de inserção ao mercado de trabalho.

Os padrões culturais e sociais reforçados pelas instituições, a ausência de empoderamento das mulheres nas atividades rurais, os obstáculos ao acesso à terra, ao crédito

¹ Para o INSTRAW/ONU (1995, p. 15), “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico é dado pela natureza; o gênero é construído”.

e a tecnologia, constituem os principais empecilhos para a efetiva contribuição da mulher na agricultura e no desenvolvimento rural. Contudo, apesar da sociedade considerar o homem como chefe da família e atribuir a ele a responsabilidade de estar à frente das negociações, o aumento do número de arranjos familiares² chefiados por mulheres tem crescido continuamente no País e, segundo o IBGE (2006), no ano de 2005 correspondia a 30,6%. Essa informação traduz a necessidade de atenção especial das políticas públicas para atender a atual configuração das famílias brasileiras.

O estudo feito para este trabalho visa fomentar um maior entendimento sobre a questão de gênero e agricultura. Ao analisar dados sobre as formas de ocupação e rendimento separados por sexo, pôde-se ter uma maior visualização sobre a real situação da mulher e sua inserção na agricultura familiar.

2. Metodologia da Pesquisa

No que diz respeito à unidade de análise utilizada esta é a chamada *família extensa* que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir, uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio, os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”.

Essa opção metodológica se deve a duas razões: primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a um processo crescente de individualização da gestão da unidade de produção, mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja

² “... conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, de dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2004, p. 398)

porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território.³

Para a construção da tipologia de famílias foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, obtidos em CD-ROM para os anos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. A inserção na atividade econômica (agrícola e não-agrícola) das mulheres dos tipos de famílias rurais foi analisada com base nas seguintes variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal.

A pesquisa apresenta como universo de análise diferentes *tipos de famílias* classificadas da seguinte forma: 1) Pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado): a) famílias empregadoras: se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora; b) famílias conta-própria: não havendo nenhum membro empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria; c) famílias assalariadas: na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal na semana de referência da PNAD. 2) Pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo): a) famílias agrícolas: pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, ou todos os membros exercerem atividades agropecuárias como ocupação principal; b) famílias pluriativas: pelo menos um membro ocupado na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor econômico, ou exerce dupla atividade agrícola (principal e secundária) na semana de referência da pesquisa; c) famílias não-agrícolas: pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura.

Por ser uma pesquisa anual, a PNAD possibilita uma análise temporal das variáveis que lhe são pertinentes. Com isso, podem ser construídas séries históricas das variáveis que foram analisadas no estudo. No presente artigo, trabalhamos com o período 2001 a 2008; apesar de que a partir de 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO-Domiciliar – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE-Domiciliar – tenham sofrido alterações substanciais, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD, tais alterações não são problemáticas quando se trabalha com os ramos de atividades no agregado (exemplo das famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas).

³ A esse respeito ver o trabalho de Brun (1989).

Outra classificação importante para a realização da pesquisa consistiu na delimitação dos domicílios urbanos e rurais. Graziano da Silva (2002) explica que, com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última PNAD dos anos 1980, e, também, buscando reduzir as distorções nos dados provocadas pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE, a partir do Censo Demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Desse modo, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) Áreas Urbanas (Urbanizadas): áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; iii) as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores; 2) Áreas Urbanas Não-Urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens 1.i e 1.ii acima); 3) Áreas Urbanas Isoladas: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

A propósito dos aglomerados rurais, dois critérios foram considerados: o tamanho e a densidade dos mesmos. A partir desses critérios classificou-se: 4) Áreas Rurais – Extensão Urbanas (critério de *contigüidade*): áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) Áreas Rurais – Povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou disposto ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores, da seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de segundo grau, posto de saúde, templo religioso de qualquer credo; 6) Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados; 7) Áreas Rurais – Outros: são os

aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) Áreas Rurais – Exclusive: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Para o objetivo do presente artigo nos concentraremos nas categorias que envolvem as áreas rurais; ou seja, agruparemos, em uma só, as áreas 6 e 8. Neste estudo consideraremos, portanto, apenas as famílias rurais residentes nas áreas não-metropolitanas denominadas *rurais agropecuários* (junção dos itens 6 e 8)⁴.

3. As Formas de Ocupação dos Homens e das Mulheres

A tabela 1 mostra a evolução do número de famílias, segundo o local de domicílio, residentes nas áreas rurais agropecuárias do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008.

Pode-se ver nesta tabela que no referido período o número total de famílias cresceu significativamente 1,1 % a.a., totalizando 573 mil famílias em 2008, contra 518 mil em 2001. Analisando cada tipo de família, pode-se ver que o crescimento total de famílias deve-se ao crescimento também significativo das famílias empregadas (2,8% a.a) e de não ocupados (5,9% a.a).

O crescimento de famílias empregadas originou-se, principalmente, da evolução significativa do ramo não-agrícola (4,9% a.a) e não-agrícola+trabalho doméstico (9,1% a.a), revelando uma característica das áreas rurais agropecuárias do Rio Grande do Sul de abrigar número crescente de famílias sem vínculo nenhum com alguma atividade agrícola.

As famílias do tipo conta-própria são as maiores em termos de número absoluto. No ponto de vista do crescimento anual, este tipo de família decresceu de 2001 para 2008, possuindo a menor taxa de crescimento (-0,7% a.a). Essa taxa negativa é composta conjuntamente pelo também decréscimo das famílias de ramo de atividade extritamente agrícola (-2,4% a.a), balanceada pelo crescimento do ramo pluriativo (2,8% a.a), advindo principalmente pela parte agrícola-agrícola (10,3% a.a), e pela evolução do ramo extritamente não-agrícola (3,7% a.a).

⁴ Um fator para não se analisar as áreas metropolitanas é que, segundo Cromartie e Swanson (1996), a expansão das grandes cidades localizadas nas regiões metropolitanas torna muito “borrada” a distinção entre o rural e o urbano, dificultando as análises (é como se fosse formada uma grande área “homogênea” entendida pelo seu caráter urbano – toda a dinâmica é dada pelo caráter metropolitano dessa área contínua).

O grupo das famílias com até dois empregados teve um alto crescimento (7,3% a.a), apesar de ser o menor grupo dentro do conjunto de famílias analisado, e destaca-se pelo crescimento de 9,9% a.a das famílias do ramo agrícola.

O somatório das famílias conta-própria e empregadora com até dois empregados formam o conjunto da agricultura familiar das áreas rurais agropecuárias gaúchas. Percebe-se que há uma tendência de estabilização, no período referido, da agricultura familiar, a qual é sustentada pelo crescimento de famílias pluriativas. Contudo, o estabelecimento de diferentes programas públicos de apoio à agricultura em geral nos anos recentes, tem aumentado o repasse dos recursos e a abrangência do Pronaf (Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar). Isso tende a manter os pequenos produtores familiares nas suas atividades agrícolas tradicionais, preservando o “lado agrícola” da pluriatividade.

A tabela 2 mostra a evolução do número de homens ocupados em atividades agrícolas segundo os tipos de famílias e o local de domicílio, residentes nas áreas rurais agropecuárias do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008.

Nas famílias empregadoras com até dois tipos de empregados, a evolução do número de homens ocupados foi de 6,4% ao ano, sendo o grupo com a maior taxa de crescimento e a terceira maior participação. Isso é explicado, principalmente, pelos homens que exerceram atividades extritamente agrícolas, os quais aumentaram em 10,2% a.a no período referido. Os homens do tipo conta-própria ocupados no ramo pluriativo agrícola+agrícola também obtiveram um alto crescimento (9,4% a.a). Esses crescimentos são contrabalanceados pelo decréscimo dos homens do tipo conta-própria de ramo extritamente agrícola (-3,7% a.a) e dos pluriativos agrícola+trabalho-doméstico (-4,8% a.a).

A ocupação dos homens nas famílias do tipo empregados teve a segunda maior participação, com uma taxa de crescimento anual de 1% praticamente concentrado no ramo agrícola. Apesar disso, a evolução do número de homens ocupados em atividades agrícolas no Rio Grande do Sul teve um decréscimo anual de -1.4%.

A tabela 2A mostra a evolução do número de homens ocupados em atividades não agrícolas segundo os tipos de famílias e o local de domicílio, residentes nas áreas rurais agropecuárias do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008.

Pode-se perceber que há uma tendência de crescimento altamente significativa, da ordem de 2,9% ao ano, no número de homens ocupados em atividades não agrícolas nas áreas

rurais do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento de homens de conta-própria ocupados em atividades pluriativas agrícola+não-agrícola (3,7% a.a) e de empregados não-agrícolas (4,5% a.a), bem como daqueles que combinam atividade não-agrícola com trabalho doméstico (14,2% a.a).

A tabela 3 mostra a evolução do número de mulheres envolvidas em atividades agrícolas segundo os tipos de famílias e o local de domicílio, residentes nas áreas rurais agropecuárias do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008.

Podemos verificar que há uma tendência significativa de redução, da ordem de 3,6% ao ano, no número de mulheres ocupadas em atividades agrícolas no período considerado. Essa redução ocorre principalmente no grupo de famílias conta-própria agrícola (-6% a.a), mas também entre as famílias de empregados pluriativos (-6,7% a.a). Ou seja, o grupo de famílias de conta-própria agrícolas, ou, mais precisamente, o universo da agricultura familiar é incapaz de reter pessoas ocupadas extritamente em atividades agrícolas, sejam essas homens ou mulheres.

Na tabela 3A, é possível verificar a evolução do número de mulheres envolvidas em atividades não agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008. As informações contidas nesta tabela permitem evidenciar um crescimento significativo do número de mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas nas áreas rurais gaúchas (5,2% a.a). Essa tendência deve-se tanto ao crescimento do número de mulheres que compõem as famílias de conta-própria, quanto das famílias de empregados.

A participação das mulheres nas famílias do tipo conta-própria obteve um elevado crescimento, vindo, principalmente, do ramo extritamente não-agrícola com elevação de 11,4% ao ano.

A maior concentração de mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas ficou nas famílias de empregados, além dessa possuir a maior taxa de crescimento anual (7.5%). A respeito desse tipo de família, destaca-se o ramo não-agrícola de tipo não-agrícola+trabalho doméstico que teve elevada taxa de crescimento (6.5% a.a).

Em síntese, as tabelas 2, 2A, 3 e 3A registram uma queda significativa das mulheres ocupadas em atividades agrícolas, enquanto que os homens envolvidos com o trabalho agrícola apresentam estabilidade. Observa-se também que, no interior das famílias de conta-própria, o que cresce significativamente é o número de homens e mulheres ocupados em

atividades não-agrícolas. Ainda assim, pode-se perceber que existem fatores que atuam na agricultura familiar gaúcha, os quais visam preservar o lado agrícola da combinação que é própria das famílias pluriativas (pluriatividade = lado agrícola + lado não-agrícola) no período em questão.

4. Composição das Rendas Médias das Famílias Extensas

A tabela 4 apresenta as informações relativas à composição das rendas médias dos homens e mulheres, segundo o tipo de família nas áreas rurais não metropolitanas do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2008.

Observando os resultados, verifica-se que a principal fonte de renda das mulheres em 2008 é de aposentadorias e pensões, com 12,9%, seguida pela renda advinda de atividades não-agrícolas com participação de 8,7%. Como terceira maior fonte de renda, apresenta-se aquela originada pelas atividades agrícolas, com 3,5% em relação ao total. Ressalta-se, portanto, a importância das aposentadorias e pensões na composição das rendas das mulheres rurais gaúchas, revelando que a população feminina rural apresenta expressiva dependência das transferências sociais. Já a renda advinda das atividades dos homens, verifica-se, em ordem decrescente, uma participação de 42,2% oriundo do trabalho agrícola, 17,8% do não-agrícola e 10,3% de aposentadorias e pensões. As chamadas outras fontes são menos importantes, representando menos de 5% da composição das rendas médias familiares.

No caso das famílias de conta-própria, a participação da renda da mulher é novamente alta na fonte de renda vinda das aposentadorias e pensões, correspondendo a 13,3% da renda familiar total, enquanto que, somente as atividades agrícolas exercidas pelos homens, compõem 50,7% do total dessa família. Destaca-se ainda a participação do trabalho extritamente agrícola, tanto dos homens quanto das mulheres, na composição do ramo pluriativo, que totaliza mais da metade da fonte total. Além disso, a renda advinda exclusivamente do trabalho dos homens no ramo agrícola totaliza mais de 70% da composição total da renda desse ramo.

A respeito das famílias de empregados, destaca-se o ramo pluriativo do tipo agrícola+trabalho doméstico composto por 61,3% do trabalho de homens agrícolas, contra 26,6% do trabalho de mulheres não-agrícolas.

O resultado desses dados pode estar associado às conquistas dos movimentos das mulheres rurais que passaram a adquirir a aposentadoria aos 55 anos de idade, direito previsto

na Constituição de 1988, mas que passou a ser concedido apenas apartir de 1991. Mas, de maneira geral, os homens são os maiores responsáveis pela formação da renda familiar, seja do ponto de vista das fontes de renda do trabalho, seja do ponto de vista de todas as fontes de rendas. As mulheres ainda têm muito a conquistar para equalizar, perante os homens, sua participação na estruturação da renda familiar.

5. Considerações Finais

Através da análise dos dados sobre o comportamento das ocupações e das rendas dos homens, mas, principalmente das mulheres, residentes em áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008, foi possível examinar, em primeira instância, que o espaço rural tem se revelado mais complexo e menos dependente em relação às atividades exclusivamente agrícolas. A presença de alguns elementos, como políticas agrícolas, contribuiu para incentivar as famílias conta-próprias (agricultores familiares) a se tornarem pluriativos, ainda que se possa verificar uma persistência consistente de crescimento de famílias conta-própria não-agrícolas. É provável que o Pronaf esteja exercendo um papel importante nesse sentido e seu impacto esteja contrinuindo para conter o abandono de atividades agrícolas tradicionais por parte dos pequenos produtores familiares.

A segunda conclusão importante é que, na análise da composição das rendas médias de homens e mulheres, atesta-se que os homens ainda se constituem como os maiores responsáveis pela formação da renda familiar, tanto pelas fontes de seu trabalho, quanto de todas as outras fontes de renda. Devido à essa desigualdade de gênero, que atribui-se às mulheres uma posição subordinada na estrutura familiar – evidenciada na composição da renda média familiar e na distribuição de atividades, aparecendo o trabalho feminino como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles – as mulheres acabam tendo menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens. Contudo, modificações na Legislação, como acesso a benefícios da aposentadoria rural e salário-maternidade, estão criando novas condições para a permanência das mulheres no meio rural.

Enfim, esses resultados apontam para a necessidade de aprofundamento da análise dos dados, considerando outros aspectos que ainda não foram abordados (qualidade de emprego feminino, características demográficas das mulheres ocupadas em atividades não agrícolas em áreas rurais, forma de distribuição de renda no interior da família, decisão sobre utilização das rendas,...), os quais fogem às possibilidades de discussão desse artigo. A questão de

gênero coloca-se como fundamental, a qual altera decisivamente a formação de políticas públicas e podem impactar positivamente no processo de desenvolvimento das áreas rurais.

6. Anexos

Tabela 1: Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Rio Grande do Sul, 2001/08 (1000 famílias).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx cresc. (% aa.) 2001/2008 ^a
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	8	10	5	4	4	5	7	8	-2.6
Agrícola	3	3	0	1	1	1	3	1	-
Pluriativo	2	2	1	1	1	1	1	1	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	2	1	1	1	1	0	1	-
Não-agrícola	3	5	3	2	3	3	4	5	-
<i>Não-agrícola</i>	3	5	3	2	3	3	4	5	-
Empregadora com até 2 empr	18	10	14	22	20	19	19	23	7.3 *
Agrícola	7	4	8	12	10	11	9	10	9.9 **
Pluriativo	9	5	5	8	9	6	8	8	3.3
<i>Agrícola+Agrícola</i>	2	1	1	2	2	1	1	1	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	6	4	5	6	6	5	7	7	5.0 *
Não-agrícola	2	1	1	2	2	2	2	4	-
<i>Não-agrícola</i>	2	1	1	2	2	2	2	3	-
Conta-Própria	320	342	357	347	330	334	327	315	-0.7
Agrícola	235	240	248	238	226	218	200	214	-2.4 ***
Pluriativo	63	78	75	86	83	85	98	71	2.8
<i>Agrícola+Agrícola</i>	5	14	13	12	11	11	23	13	10.3 *
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	51	57	56	69	67	69	68	54	2.3
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	6	6	5	5	3	5	6	2	-
Não-agrícola	22	24	34	23	21	30	29	31	3.7
<i>Não-agrícola</i>	20	23	30	23	19	28	28	27	3.2
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	2	4	1	3	2	1	4	-
Empregados	115	128	123	123	139	123	147	144	2.8 ***
Agrícola	56	63	58	60	60	56	71	62	1.4
Pluriativo	18	17	18	15	14	15	16	21	-0.1
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	14	10	12	13	10	10	11	14	-0.5
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	3	6	6	2	3	3	6	6	-
Não-agrícola	41	48	47	48	65	53	60	61	5.5 ***
<i>Não-agrícola</i>	37	41	38	41	50	43	52	51	4.9 ***
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	5	7	8	8	15	10	8	10	9.1 *
Não-ocupado na semana	57	54	54	49	53	70	69	84	5.9 ***
TOTAL	518	544	553	545	546	551	568	573	1.1 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família om menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Tabela 2 : Evolução do número de homens ocupados em atividades agrícolas segundo os tipos de famílias e o local de domicílio: Rio Grande do Sul, 2001/08 (1000 pessoas).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx cresc. (% aa.) 2001/2008 ^a
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	4	5	1	3	2	1	3	1	- -
Agrícola	3	5	0	1	1	1	3	1	- -
Pluriativo	1	1	1	2	1	0	1	0	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	1	1	1	1	0	0	0	- -
Empregadora com até 2 empr	19	11	16	27	23	19	23	22	6.4 *
Agrícola	8	5	9	17	12	11	13	13	10.2 **
Pluriativo	11	6	8	10	12	8	10	10	2.8
<i>Agrícola+Agrícola</i>	3	1	1	5	5	2	3	3	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	6	5	6	5	6	6	8	7	2.7
Conta-Própria	394	432	436	424	410	382	386	349	-2.2 ***
Agrícola	322	342	338	325	307	284	266	264	-3.7 ***
Pluriativo	73	90	97	99	103	98	120	85	3.1 *
<i>Agrícola+Agrícola</i>	9	19	27	19	19	13	38	22	9.4 *
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	54	64	64	72	75	78	71	59	2.1
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	9	6	6	8	7	6	10	4	-4.8
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	1	1	1	1	2	1	1	1	- -
Empregados	76	90	86	86	82	71	94	91	1.0
Agrícola	58	76	74	74	70	61	82	71	1.4
Pluriativo	18	14	12	12	12	10	12	20	-1.0
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	12	6	5	8	7	6	5	12	-0.2
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	5	8	8	4	4	3	7	7	-0.9
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	1	1	0	0	1	1	0	1	- -
TOTAL	493	539	539	540	517	473	506	464	-1.4 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família om menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Tabela 2A: Evolução do número de homens ocupados em atividades não agrícolas segundo os tipos de famílias e o local de domicílio: Rio Grande do Sul, 2001/08 (1000 pessoas).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx cresc. (% aa.) 2001/2008 ^a
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	6	9	6	2	5	6	4	7	--
Pluriativo	3	3	2	0	0	1	0	1	--
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	3	3	2	0	0	1	0	1	--
Não-agrícola	3	5	4	2	5	5	4	5	--
<i>Não-agrícola</i>	3	5	3	2	5	5	4	5	--
Empregadora com até 2 empr	8	2	5	6	5	5	5	8	--
Pluriativo	5	1	4	3	3	2	3	2	--
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	5	1	4	3	3	2	3	2	--
Não-agrícola	3	1	1	3	2	3	3	6	--
<i>Não-agrícola</i>	3	1	1	3	2	3	3	4	--
Conta-Própria	56	59	69	63	57	68	73	68	2.9 **
Pluriativo	31	30	30	37	34	35	43	34	3.6 **
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	30	29	29	36	31	35	42	33	3.7 **
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	1	1	1	1	2	1	1	1	--
Não-agrícola	25	29	40	26	23	33	30	35	z
<i>Não-agrícola</i>	24	27	33	26	18	30	29	29	1.5
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	2	7	1	5	2	1	5	--
Empregados	57	54	53	55	70	60	69	66	3.6 ***
Pluriativo	11	8	12	13	9	9	10	11	-0.1
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	10	6	12	13	8	8	9	10	0.0
Não-agrícola	45	46	41	42	61	52	59	56	4.5 ***
<i>Não-agrícola</i>	41	41	36	36	48	44	52	44	2.9 *
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	4	6	5	6	13	8	8	12	14.2 ***
TOTAL	127	123	134	125	136	139	151	150	2.9 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família om menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Tabela 3: Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades agrícolas segundo os tipos de famílias e o local de domicílio: Rio Grande do Sul, 2001/08 (1000 pessoas).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx cresc. (% aa.)
									2001/2008ª
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	1	3	1	1	1	1	3	1	- -
Pluriativo	0	2	1	1	1	1	1	1	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0	2	1	0	1	1	0	1	- -
Empregadora com até 2 empr	11	7	8	16	12	9	11	9	1.2
Agrícola	5	5	5	12	6	8	8	5	5.0
Pluriativo	6	2	3	4	5	1	4	4	- -
<i>Agrícola+Agrícola</i>	1	1	1	1	2	1	0	1	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	5	2	2	3	3	1	4	3	- -
Conta-Própria	248	257	257	261	241	234	210	185	-4.0 ***
Agrícola	214	213	215	206	185	191	153	138	-6.0 ***
Pluriativo	34	44	41	55	56	43	57	47	4.6 *
<i>Agrícola+Agrícola</i>	3	11	7	8	12	8	16	8	10.3 *
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	25	30	29	42	42	31	37	38	4.9 **
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	4	2	5	5	2	3	4	2	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	1	1	1	1	1	1	1	0	- -
Empregados	24	23	24	22	30	23	26	18	-1.5
Agrícola	18	16	17	17	25	19	22	13	0.0
Pluriativo	7	6	6	4	5	5	4	5	-6.7 ***
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	7	5	6	4	4	5	3	5	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	2	0	0	1	0	1	0	- -
TOTAL	284	290	289	300	284	267	250	213	-3.6 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família om menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Tabela 3A: Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades não agrícolas, segundo os tipos de famílias e o local de domicílio: Rio Grande do Sul, 2001/08 (1000 pessoas).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx cresc. (% aa.) 2001/2008 ^a
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	5	6	3	2	3	2	4	7	--
Pluriativo	2	1	1	1	0	0	0	0	--
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	1	1	1	0	0	0	0	--
Não-agrícola	3	5	3	1	3	2	4	7	--
<i>Não-agrícola</i>	3	5	2	1	3	2	4	7	--
Empregadora com até 2 empr	5	4	3	3	5	6	8	9	--
Pluriativo	3	3	2	3	4	3	6	4	--
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	3	2	2	4	3	6	4	--
Não-agrícola	2	1	1	1	1	3	1	5	--
<i>Não-agrícola</i>	2	1	1	1	1	3	1	4	--
Conta-Própria	42	49	62	66	59	63	62	52	3.1
Pluriativo	35	39	40	48	45	47	43	32	0.3
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	26	32	34	42	41	41	35	29	2.0
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	8	6	5	5	2	5	6	2	--
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	1	1	1	1	2	1	2	1	--
Não-agrícola	7	10	22	17	14	17	19	20	11.4 ***
<i>Não-agrícola</i>	6	8	15	15	10	15	18	17	13.0 ***
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	2	6	2	3	2	1	4	--
Empregados	27	43	43	38	48	42	48	58	7.5 ***
Pluriativo	10	11	11	7	8	8	13	14	2.7
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	6	5	3	5	5	3	7	8	4.3
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	3	6	8	2	3	3	6	6	--
Não-agrícola	16	32	31	31	40	34	35	44	9.6 ***
<i>Não-agrícola</i>	12	24	24	24	27	27	28	34	10.6 ***
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	5	9	8	7	13	7	8	10	6.5 *
TOTAL	78	103	111	109	115	113	122	126	5.2 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família om menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Tabela 4: : Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Rio Grande do Sul, 2008 (R\$ set. 2008).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	HOMEM				MULHER			
	AGRIC	NÃO-AGRIC	APOS/PENS	OUT_FONT	AGRIC	NÃO-AGRIC	APOS/PENS	OUT_FONT
	%	%	%	%	%	%	%	%
Não Metropolitano Rural Agropecuário	42.2	17.8	10.3	2.5	3.5	8.7	12.9	2.0
Empregadora com mais de 2 empr	28.0	41.0	3.3	1.8	6.3	11.6	2.2	5.8
Agrícola	96.2	0.0	0.0	0.0	3.8	0.0	0.0	0.0
Pluriativo	5.0	62.5	0.0	1.2	30.0	0.0	0.0	1.2
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	5.0	62.5	0.0	1.2	30.0	0.0	0.0	1.2
Não-agrícola	0.0	55.4	6.1	2.9	0.0	21.4	4.0	10.3
<i>Não-agrícola</i>	0.0	55.4	6.1	2.9	0.0	21.4	4.0	10.3
Empregadora com até 2 empr	42.6	20.5	9.6	4.6	2.8	10.6	7.9	1.3
Agrícola	60.8	0.0	16.8	5.7	6.0	0.0	9.0	1.8
Pluriativo	53.5	17.5	6.2	6.5	1.5	10.5	4.0	0.3
<i>Agrícola+Agrícola</i>	88.5	0.0	6.8	0.0	0.0	0.0	4.7	0.0
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	45.0	21.7	6.0	8.1	1.9	13.0	3.8	0.4
Não-agrícola	0.0	54.9	4.2	0.2	0.0	26.2	12.2	2.2
<i>Não-agrícola</i>	0.0	57.8	6.8	0.0	0.0	35.3	0.0	0.0
<i>Não-agrícola+Trab.Doi</i>	0.0	50.1	0.0	0.6	0.0	11.4	31.9	5.9
Conta-Própria	50.7	12.8	9.8	1.9	4.0	5.6	13.3	1.8
Agrícola	62.8	0.0	12.2	2.7	3.9	0.0	16.7	1.7
Pluriativo	45.2	20.3	7.3	0.8	5.1	9.3	10.2	1.9
<i>Agrícola+Agrícola</i>	76.9	0.0	8.4	1.4	3.3	0.0	7.4	2.6
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	39.4	24.7	6.5	0.5	5.4	10.8	10.9	1.8
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	51.4	0.0	21.8	0.0	4.9	11.5	8.2	2.2
<i>Agríc.+não-agríc.+Tral</i>	20.0	36.7	0.0	29.3	0.0	14.0	0.0	0.0
Não-agrícola	0.0	60.2	5.2	2.0	0.0	25.1	4.7	2.7
<i>Não-agrícola</i>	0.0	59.4	5.9	2.1	0.0	25.8	5.3	1.6
<i>Não-agrícola+Trab.Doi</i>	0.0	66.7	0.0	1.4	0.0	20.0	0.0	11.9
Empregados	28.5	33.4	4.9	2.4	2.7	19.4	6.3	2.3
Agrícola	73.7	0.0	2.5	6.0	7.8	0.0	6.9	3.1
Pluriativo	37.3	28.8	4.3	0.7	2.5	23.1	2.0	1.3
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	31.9	35.2	3.4	0.9	3.1	22.3	2.5	0.7
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	61.3	0.0	8.3	0.0	0.0	26.6	0.0	3.8
Não-agrícola	0.0	53.8	6.4	1.1	0.0	28.6	7.8	2.3
<i>Não-agrícola</i>	0.0	53.1	5.3	1.3	0.0	28.9	9.1	2.4
<i>Não-agrícola+Trab.Doi</i>	0.0	56.6	10.9	0.5	0.0	27.5	2.7	1.9
Não-ocupado na semana	0.0	0.0	42.4	6.0	0.0	0.0	49.1	2.5

Fonte: PNAD/IBGE

Nota: Excluindo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

Referências

CROMARTIE, J.; SWANSON, L. Census tracts more precisely define rural population and areas. **Rural Development Perspectives**. Washington, v. 11, n. 3, p. 31-39, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural brasileiro**. 2ª.ed. Campinas, SP: UNICAMP-IE., 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

HEREDIA, B. M. A.de; CINTRÃO R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. Fundação Ford, 2006.

IBGE, **Síntese de indicadores sociais**, 2003, Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

IBGE, **Síntese de indicadores sociais**, 2006, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774.

Acesso em 20/10/2007.

INSTRAW/ONU. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento**: uma abordagem básica. Distrito Federal: ONU, 1995.

MELO, H. P. de; Di SABATTO, A. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e a política pública no Brasil. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: MDA, p. 46-87, 2005.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2005, 218p. (tese de doutoramento).

NASCIMENTO, C. A. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. Campinas: UNICAMP, 2002, 153 p. (dissertação de mestrado).

OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005 (CD-Rom).

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 17, outubro, p. 55-77, 2001.

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, v.47, n.1, p.57-70, 2004.